

*13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007*

ACTA

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação da proposta de Acta de 25.01.2007

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

. Aquisição de Equipamento Diverso

- Instalação de Alarmes de Intrusão nos Jardins de Infância

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. Aquisição de Equipamento Diverso

- Instalação de Alarmes de Intrusão nas Escolas do 1.º CEB

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

. PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES
DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB

- Acordo de Colaboração – Ano Lectivo 2007/2008

Ponto 7. **CULTURA**

. 10.ª SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA

- Programa LEADER +

. Aprovação de Candidatura

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Ponto 8. **CULTURA** – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS

- . 8.ª Mostra de Música Moderna

Ponto 9. **DESPORTO E TEMPOS LIVRES** – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS

- . Ciclismo - 1.ª Volta ao Concelho de Soure

Ponto 10. **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . Bairro Pré-Fabricado

10.1. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 7.ª Fase

- Adjudicação

10.2. Demolição de 3 Casas Pré-Fabricadas - 8.ª Fase

- Ajuste Directo

Ponto 11. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

- . QCAIII - P.O. Centro

Homologação de Reprogramações de Candidaturas

11.1. Rede de Esgotos Domésticos de Pouca Pena e Lugares Limítrofes

11.2. Rede de Esgotos Domésticos de Sobral e Lugares Limítrofes

Ponto 12. **SANEAMENTO E SALUBRIDADE**

- . ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

- Protocolo

. Município de Soure e Águas do Mondego, S. A.

Ponto 13. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** – MERCADOS E FEIRAS

- . FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2007

- Protocolo

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Ponto 14. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

. TERRAS DE SICÓ

14.1. Alteração de Estatutos

14.2. “ “ Valor da Quotização

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS

. Pontão de Ligação entre Alencarce de Baixo e Alencarce de Cima

- Adjudicação

Ponto 16. RECURSOS HUMANOS

. Concursos Externos de Ingresso para Provimento de Lugares de Técnicos Superiores Estagiários Generalistas, abertos por Avisos publicados no DR, III Série, de 3.10.2005 e de 22.06.2006

. Provedor de Justiça

- Arquivamento de Processo

Ponto 17. ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARAS

. Relatório de Partilha

. Contas de Gerência relativas ao Período de Liquidação

. Partilha e Extinção da Associação

Ponto 18. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

O Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, começou por prestar as seguintes informações:

No âmbito da política municipal de proximidade, a Câmara fez-se representar em todas as iniciativas ocorridas no Concelho, nos mais diversos domínios.

*** PROTECÇÃO CIVIL**

Amanhã, irá ocorrer uma reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para apreciação e aprovação de uma Proposta de Plano Operacional que foi desenvolvida pelo Gabinete Técnico Florestal do Serviço Municipal de Protecção Civil.

*** REDE VIÁRIA**

Os investimentos em curso estão a decorrer com total normalidade, designadamente, a reabilitação profunda da Rede Viária no Sobral, Freguesia de Soure, paralela e cumulativamente com o investimento em curso no alargamento da Rede de Esgotos.

No dia 09 de Julho, numa reunião com a Direcção da Associação de Geminação de Soure de Neuville de Poitou, foi-nos adiantado que este mês ocorrerá o 20.º Aniversário da Geminação e o seu 17.º Encontro... assim sendo é natural que venhamos a apreciar e aprovar o pedido de apoio habitual para este tipo de iniciativas.

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “no âmbito de uma política de proximidade, no dia 29 de Junho estivemos presentes numa iniciativa popular, promovida pela Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel.

No dia 30 de Junho, a comunidade da Cavada organizou um convívio popular onde também estivemos presentes.

No dia 01 de Julho, recebemos, no Salão Nobre da Câmara Municipal, os participantes de uma iniciativa promovida pela Associação Social Recreativa e Cultural da Pouca Pena.

Nesse mesmo dia estivemos presentes num evento popular organizado pela Associação Cultural e Recreativa dos Simões.

No dia 07 de Julho, recebemos, no Salão Nobre da Câmara Municipal, uma comitiva de cicloturistas de Alencarce de Baixo.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

Nos dias 07 e 08 de Julho, o Município fez-se representar, na Vila de Soure, nas iniciativas religiosas em Honra da Rainha Santa Isabel.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estamos no final do Ano Lectivo e têm sido várias as Festas de Encerramento do Ano Escolar nas Escolas e Jardins de Infância. A convite de algumas delas, procurámos estar presentes, o que aconteceu no Jardim de Infância da Granja do Ulmeiro, Jardim de Infância do Marco e na EB 1/2 de Soure. Todas estas festas têm tido a particularidade de serem bastante participadas, não só pelos alunos, educadores e auxiliares, mas também pela comunidade educativa e, designadamente com a presença de muitos pais e encarregados de educação.

Em representação da Câmara Municipal, ontem e hoje, integrei o Júri de Defesa Pública de algumas Provas de Aptidão Profissional dos alunos do INTEP. Este ano há dois cursos que terminam, o Curso Técnico de Electrotecnia, com 15 alunos e o Curso Técnico de Gestão que foi frequentado por 10 alunos. Tem sido muito interessante participar e verificar não só o conteúdo, os conhecimentos que eles adquirem, mas também toda a postura em termos de futuro.

No âmbito da Cultura, no dia 30 de Junho, participámos no 5.º Encontro de Danças e Cantares, organizado pela APPACDM de Soure.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “na última reunião de Câmara, foi dito pelo Senhor Vice-Presidente que a situação que conflituava, digamos, as relações pessoais que deviam existir entre nós, advinha de uma qualquer posição assumida quinze dias antes. Confesso que fui tentar aperceber-me o que é que nos quinze dias antes teria suscitado tal azedume e tal situação. Fui ver o Popular de Soure onde, fundamentalmente, são descritos os principais eventos que na quinzena antecedente acontecem no Concelho de Soure e vi que, naturalmente, além de iniciativas várias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esteve em Alfarelos e durante algum tempo conversou com os idosos que já estão habituados a que o responsável máximo do Concelho dispense algum do seu tempo durante esta festa para falar com eles, eu acho que faz bem em ter este tipo de comportamento descrito no jornal.

Também em relação a um tema muito importante no Concelho, a inexistência de um Nó de Acesso à Auto-Estrada, o Popular de Soure refere e destaca que, fundamentalmente, o Senhor Presidente da Câmara falou sobre esse assunto, na Inauguração do Troço da A17 entre a Marinha Grande e o Louriçal, onde existe um Nó de Acesso que vai permitir à população da Freguesia de Vinha da Rainha

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

aceder rapidamente ao mesmo, portanto, é esta a grande conclusão que se tira da discussão que nós aqui tivemos.

Por último, e folheando o jornal, há também uma notícia interessante que diz que o Rancho do Cercal comemorou 24 anos de actividade, saúdo-o e que nos merece todo o respeito. Diz que neste evento a Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente, Dr. João Gouveia, e pelas Vereadoras Dra. Ana Maria Treno e Dra. Manuela Santos, o que não deixa de ser curioso mas sobretudo expressivo do apoio afectivo que edilidades dispensam às agremiações culturais concelhias. Eu não quero adivinhar o que é que o jornal diria se alguém do PSD também tivesse presente neste jantar, então diria apoio absolutamente unânime às entidades concelhias. Acho bem que V. Exa. dê todo o apoio às entidades concelhias e revejo-me nessa sua posição, gostaríamos de receber idênticos convites dando uma noção clara de que o apoio à Cultura no Concelho de Soure é claramente assumido por todos nós e, portanto, certamente se fossemos convidados não deixaríamos de estar presentes nesta iniciativa para tornar ainda mais expressivo o apoio efectivo que a edilidade dispensa às agremiações culturais concelhias, conforme diz o nosso jornal.

Portanto, pela leitura do jornal vi que não era baseado nos últimos quinze dias, dos últimos acontecimentos concelhios, que o Senhor Vice-Presidente estava tão nervoso, só podia ser a própria sessão de Câmara. Fui ver a Ordem de Trabalhos da sessão de Câmara, a qual era vasta, tinha inúmeras iniciativas, inúmeras actividades que deveriam ser do conhecimento dos Vereadores e, como é nosso apanágio, aquelas que têm importância para o Concelho nós estamos ao lado da maioria; houve, naturalmente, alguma coisa que fez com que o Senhor Vice-Presidente ficasse nervoso e só podia ser, deduzo eu, o assunto do Concurso Externo de Ingresso para o Provimento de dois Lugares de Técnico Superior Estagiário, onde consta na lista de classificação final a Senhora Dra. Tânia Cristina Viegas dos Santos Mota. Confesso que, mesmo em relação a isto, tenho dúvidas se isto é o problema que causou tanto azedume ao Senhor Vice-Presidente porque é bom que se diga que em relação às pessoas que entraram nestes Concursos Externos, eu não tenho rigorosamente nada contra elas, pelo contrário, em relação a algumas delas, para não dizer também especificamente a esta Senhora, eu tenho o máximo de respeito e consideração pessoal e profissional, portanto, pressinto que é uma relação desta natureza o que o Senhor Vice-Presidente quis transmitir à Câmara, não certamente enquanto pai mas enquanto eleito e só me resta dizer que enquanto eleito pode transmitir os azedumes que muito bem entender, enquanto pai acho que não são assuntos que sejam trazidos para sessão de Câmara. Por isso

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

continuo sem perceber o que é que provocou tal situação na última sessão de Câmara, mas rematava de uma maneira que sempre me habituaram e que sempre li, nomeadamente, nos clássicos americanos porque é claramente descrito num livro chamado “Vinhas da Ira” um dia vai um indivíduo por uma estrada, inesperadamente aparece por traz outro que o apunhá-la, ao cair ainda consegue ver a cara de quem o quis matar e diz o seguinte: porque me matas, nunca te fiz nenhum favor!”

O Senhor Presidente referiu que: “Senhor Vereador, sem prejuízo do Senhor Vice-Presidente Santos Mota pretender usar da palavra porque foi directamente visado pela sua intervenção, mas, porque ao longo da mesma foram feitas observações e apontamentos políticos... vou, naturalmente, procurar dar resposta, porque é a política que nos traz cá, concretamente, a política que tem a ver com o bem-estar no Concelho de Soure.

Dizia o Senhor Vereador que lendo um Jornal, e curiosamente ou não escolheu um dos jornais do Concelho de Soure, talvez porque algumas primeiras páginas de outro começam a revelar pouco respeito pelo rigor e pela verdade... mas, não é por isso que ficamos mais convencidos, pois, nem de longe nem de perto, é admissível que possamos confundir a realidade, com o relato feito por um qualquer jornal sobre aquilo que é actividade municipal desenvolvida no período correspondente à periodicidade desse jornal. Agora, o que me parece que é um exagero, para não lhe chamar outra coisa, é pretender como que recapitular o que possa ter sido a actividade municipal exclusivamente com base naquilo que foi notícia desse jornal... Esse jornal pode ter sido, pode-se ter permitido ser um qualquer veículo de propaganda do que quer que fosse!!!... nunca foi, nem nunca será um Boletim Municipal... publica notícias sobre a actividade municipal, pagas de forma transparente e assumida... os factos mostram que nem sempre as dá com rigor... Como o Senhor Vereador sabe, quando discutimos, e já discutimos várias vezes a questão do Nó da A17, a propósito do Troço Marinha Grande/Louriçal, a única coisa que aqui foi dita a esse respeito é que esse Troço teria, pelo menos, à partida, uma virtualidade: a parte sul da Freguesia de Vinha da Rainha iria ficar com uma resposta próxima em termos de acesso às vias rápidas!!!... não foi dito que isso nos deixava, longe disso, completamente satisfeitos, nem o que quer que fosse da discussão poderia permitir que se dissesse que a grande conclusão da mesma teria sido essa... Trata-se, apenas e só, de uma constatação de facto... bastará irmos à Zona Industrial de Queitide e verificar que a nove quilómetros, a sensivelmente dez

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

minutos, lá estará o acesso... assim sendo, é evidente que a parte sul da Freguesia da Vinha da Rainha ficará com acesso privilegiado a uma via rápida.

Não estamos satisfeitos, é evidente que não, agora dizer-se que essa foi a conclusão, não foi, e tanto não foi que o Senhor Vereador participou na reunião e na discussão onde se percebeu que manifestamente essa não foi a conclusão???... foi apenas e só uma constatação de facto.

Eu não conheço os critérios de convites, os critérios protocolares das Instituições Culturais, Desportivas, IPSS's, Protecção Civil, Empresariais... sei que quando convidam formalmente a Câmara Municipal, o Presidente de Câmara, no âmbito daquilo que é uma atribuição legal, uma competência própria, que é representar o Município quando convidado, e dentro daquilo que é, conjuntamente com essa ambiência legal, a sua opção estratégica pela política de proximidade, ele próprio representa o Município ou faz-se representar pelos Senhores Vereadores em Regime de Permanência!!!... Porém, nada obsta a que outros membros igualmente eleitos sejam convidados ou lá possam estar... aliás, devo recordar que eu próprio fui Vereador da Oposição quatro anos, fui Deputado Municipal da Oposição dez anos e estive presente em muitas iniciativas para que não fui formalmente convidado mas porque, enquanto Autarca Eleito e tendo delas conhecimento, fiz sempre questão de acompanhar o que nelas se passava, porque esta questão de sermos ou não convidados, enquanto eleitos, é uma questão que, compreenderá, transcende a Câmara.

Já a representatividade formal da Câmara, essa é uma competência legal do Presidente que conjugada com a opção estratégica de proximidade, faz com que a Câmara se faça representar por mim ou pelos Vereadores que eu entendo que devam representar a Câmara, sem com isso pretender subtrair qualquer legitimidade a outro qualquer colega eleito, mas apenas no exercício livre e democrático da minha competência própria de representar o Município.

Por fim, e ainda sobre esta matéria, dizer o seguinte: o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, certamente que irá usar da palavra, mas, eu continuo sem perceber qual foi a “situação na última reunião de Câmara” e, para mim, não é líquido que tenha havido uma ambiência muito nervosa especificamente deste ou daquele interlocutor. Julgo que, porventura, pessoas que têm afectos, sem darem por ela, entraram em divergência e que agora estarão a tentar compreender o que aconteceu... embora tenha dúvidas se o devam fazer em sede de reunião de Câmara.”

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “Senhor Vereador, ouvi com muita atenção as suas afirmações e realmente disse que eu estava nervoso, eu acho que o Senhor é que estava muito nervoso! Mantenho o que disse e voltava a dizê-lo. O Senhor fez a interpretação e tirou as ilações que bem entendeu. Quero-lhe dizer que não leio clássicos americanos, mas cultivo a amizade e a solidariedade com as pessoas e, nesse aspecto, não me vem dar lições. Em relação a todo esse processo, o Senhor Vereador diz coisas que, efectivamente, eu não disse, são questões de interpretação, são questões de análise e, portanto, aquilo que eu tenho a dizer-lhe é que em relação àquilo que eu disse nada tenho a retirar.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “só dar-lhe nota de duas situações, a primeira tem a ver com o folheto que está a ser distribuído amplamente pela Região de Turismo do Centro, onde em centenas de iniciativas que acontecem em toda a Região Centro, o Concelho de Soure aparece só uma vez com as Festas de S. Mateus. Confesso que isto, não direi que me choca porque, naturalmente, posso entender que aqui houve alguma dificuldade de comunicação, mas um político hábil, como vossa excelência, saberá que em materiais desta natureza convém que estejamos presentes, muito presentes mesmo e se naturalmente a única iniciativa que vossa excelência entendeu que devia figurar aqui era a Feira de S. Mateus eu, pelo menos, atrevia-me a sugerir-lhe que em próximas iniciativas desta natureza acrescente mais algumas. O nosso Concelho é muito rico em iniciativas culturais e, portanto, era talvez oportuno que reforçássemos a nossa presença, não só com iniciativas que são assumidamente iniciativas promovidas pela Câmara ou talvez não, mas com outras iniciativas de Associações Culturais, Associações de índole mais popular que, manifestamente têm uma riqueza muito grande; poderíamos dar uma imagem concelhia de maior vitalidade cultural. Pressinto que esta minha indicação não tem nada de negativo, é efectivamente uma sugestão de que em ulteriores mapas desta natureza, o Concelho de Soure apareça mais representado.

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno disse-nos que esteve presente em Provas de Defesa Pública de Trabalhos. Confesso que em relação à Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno tenho o maior respeito e consideração, portanto, se representou a Câmara nesta iniciativa fê-lo com grande dignidade, como de resto não seria de esperar. O que eu tenho a dizer é que me admira muito que em Provas de Defesa Pública de Trabalhos estejam representantes das Câmaras, isto, salvo melhor opinião, lembra-me o caso da Caixa Geral de Aposentações. A que título é que uma Câmara Municipal, um órgão político onde estão representadas famílias

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

políticas, está presente em Provas de Defesa Pública de Trabalhos de uma Instituição de Ensino!? A Instituição de Ensino tem que estar acima disto, a Instituição de Ensino tem que estar livre de pressões e não são pressões de uma Câmara presidida por mim ou por outro qualquer, são de uma Câmara. Confesso que não estou a ver bem isto, a não ser que eu esteja a ver mal! Parece-me interessante que uma Câmara Municipal participe activamente naquilo que é dinâmica concelhia das suas Instituições de Ensino, outra coisa é uma Câmara Municipal estar em presença nas Provas de Defesa Pública, a não ser que eu tenha percebido mal e confesso, uma vez mais, que não tem nada a ver, naturalmente, com a Senhora Vereadora ou com qualquer outro, isto aconteceria se lá estivesse eu ou outro qualquer. Por último, lavro aqui a minha perplexidade por uma situação desta natureza.

Terceiro e último assunto, já que também nesta publicação não vem a nossa Feira de Gastronomia, e embora eu saiba que ela não se vai realizar, gostava que o Senhor Presidente, porque até agora não falou nesta Câmara, desse uma explicação para que pudéssemos entender claramente porque é que ela não se realiza este ano.”

O Senhor Presidente referiu que: “relativamente ao folheto, que curiosamente ainda não conheço, ao que parece elaborado pela Região de Turismo do Centro, devo dizer que eu próprio, directamente, não tive nem tenho conhecimento que tivesse sido solicitada qualquer colaboração... Subscrovo as suas preocupações e vou cuidar de procurar perceber quais foram os critérios subjacentes à divulgação de acções dos diferentes Concelhos para poder, com base no conhecimento dos mesmos, chamar à atenção, ou não, de eventuais atitudes evidenciadoras de desigual tratamento... estou certo, não terão acontecido, mas que, a terem acontecido, terão naturalmente a minha intervenção, em sede própria, em termos de denúncia e em termos de reclamação, pese a amizade que possamos ter com o Senhor Presidente da Região de Turismo do Centro. Reafirmo que subscrovo as preocupações, até porque se há Concelho que tem uma panóplia de acções nos mais diversos domínios cujo mérito mais do que justifica ser divulgado é exactamente o Concelho de Soure!!!... se o Concelho de Soure integra a Região de Turismo do Centro e um trabalho feito pela Região de Turismo do Centro não assentou num levantamento cuidadoso e rigoroso, a culpa não é de certeza absoluta do Presidente de Câmara cujo Município, porventura, foi mal tratado...

A questão que referiu sobre a presença da Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno... relativamente à presença da Câmara assistindo a algumas Provas de

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Defesa Pública de Trabalhos... tanto quanto me recorde, as Escolas Técnico Profissionais têm por hábito convidar em final de Ano Lectivo representantes das Instituições que acolheram Estagiários em final de curso, para assistirem àquilo que são, já não provas escritas, provas orais, mas apresentação de trabalhos com alguma inovação demonstrativos do que quer que seja... por exemplo, como é que se controla uma central... não há participação em qualquer tipo de avaliação!!!... nem sequer a intenção de “exercer” qualquer pressão. Percebo, em termos genéricos, que não possa nem deva, em circunstância alguma, haver a criação de um quadro que possa indiciar qualquer tipo de pressão de uma Instituição de natureza política!!!... Estou convencido que, a exemplo do passado, a presença da Dra. Ana Maria terá tido apenas a ver com um convite desta natureza. Concordo com o princípio que está na base da preocupação que expendeu, mas, sinceramente não vejo que essa preocupação tenha qualquer razão de ser em termos do exemplo prático do qual se se socorreu.

Relativamente à questão do Soure - Artesanato Gastronomia e Cultura... esta é uma das iniciativas referenciais do Concelho de Soure e da Região. Este ano não se realizou por um conjunto alargado de razões: uma teve a ver com a preparação adequada daquele espaço para durante todo o ano ser Mercado de Bens Não Alimentares; outra teve a ver com a necessária reabilitação da via principal que como é sabido apresentou uma anormal e mais rápida degradação basicamente resultante de três variáveis causadoras e identificadas: o condicionamento imposto pelo IPAR no que toca à proibição de impermeabilização dos terrenos, a eventual utilização precoce desse espaço aquando da realização da Gastronomia 2005 e, eventualmente, o tipo de materiais não ser o mais adequado à solução que veio a ser imposta pelo IPAR.

A realização destes investimentos considerados inadiáveis, determinou que esta iniciativa, a ocorrer, tivesse que ocorrer sensivelmente um mês depois daquilo que é o seu calendário habitual... Como sabem, nós testámos/experimentámos vários modelos, isto é, mais do que no plano conceptual, fizemo-lo em termos práticos... concretamente um fim de semana com as doze Freguesias; dois fins de semana com seis Freguesias; três fins de semana com quatro Freguesias; quatro fins de semana com três Freguesias... chegámos à conclusão que a solução mais equilibrada, a vários níveis, é de dois fins de semana, cada um com seis Freguesias. Este ano quando foi colocada a questão aos Senhores Presidentes de Junta, que são parceiros essenciais na concretização deste evento, os mesmos não se manifestaram disponíveis para a possibilidade de alterarmos o calendário da sua realização para um mês mais tarde. Assim, foi neste contexto de impossibilidade material de

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

promover este certame no calendário normal e de indisponibilidade dos parceiros habituais para um adiamento de natureza excepcional que, pura e simplesmente, se optou pela não realização, este ano, deste evento.

Releve-se que também foi ponderada a possibilidade de haver como que um evento desta natureza, noutra local, com menor qualidade, mas aí opus-me e nem sequer deixei que se avançasse nessa possibilidade pela simples razão de que este é um evento com um patamar qualitativo tal, que não pode ser menos bem tratado nem sujeito a que se perca num ano o capital de qualidade e prestígio justo e merecido que custou a angariar e a justificar ao longo de anos.”

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “relativamente à presença nas Provas de Aptidão Profissional dos Alunos do INTEP, naturalmente que a minha presença, ou a do Senhor Presidente se assim acontecesse, foi uma resposta cortês ao convite do INTEP para estarmos presentes como acontece anualmente, nunca para influenciar seja de que forma for o júri. Considero que, acima de tudo, a nossa presença será importante para tomarmos conhecimento do tipo de provas que são apresentadas, que nos revelam um pouco aquilo que foram os três anos de qualquer um dos cursos.

Relativamente à questão da Região de Turismo do Centro... devo informar que todos os meses é dada informação à Região de Turismo do Centro de todas as iniciativas organizadas pela Câmara Municipal e também outras iniciativas como por exemplo os Festivais de Folclore e, inclusivamente, iniciativas que nos são transmitidas directamente pelas próprias Associações. Aliás, eu própria enviei um ofício a todas as Instituições Concelhias, no sentido de nos informarem atempadamente da realização das suas iniciativas para que, através da nossa informação, essa informação chegue também à Região de Turismo do Centro. Todos os meses, até ao dia 5 de cada mês, nós enviamos informação via correio electrónico.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “começando por esta última explanação que foi feita pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno, eu acredito em tudo o que diz, eu apenas falei porque frisou muito bem isso, tinha estado presente em Provas de Defesa Pública de Trabalhos. Estou esclarecido, mas mantenho aquela intenção que disse há pouco que é uma intenção de apenas entender que, Escola é Escola e Câmara é Câmara, e quando há interesses mútuos devem ser feitos mas sem relações dessa natureza.

Em relação novamente ao folheto da Região de Turismo do Centro, eu também não vou dizer mais nada, a Senhora Vereadora diz que enviou, mas não está aqui

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

nada, portanto das duas uma, ou eles não receberam ou perdeu-se pelo caminho ou não acharam qualidade àquilo que a Senhora Vereadora enviou. Como eu acho que aquilo que a Senhora Vereadora enviou, e se foi aquilo que disse, que retrata iniciativas importantes do Concelho e se eles não acharam qualidade às mesmas, então há que cuidar porque é que não lhe acharam qualidade e acharam qualidade à Feira das Nozes de Penela!!!

O Senhor Presidente falou no caso da Feira de Gastronomia, confesso que em relação a algumas posições que tomou acho-as porventura adequadas, ou seja, o facto de uma feira como a nossa que tem um patamar já de alguma qualidade, baixa-se-lhe o nível só porque a temos que fazer forçosamente não me parece correcto. Também acho que tivemos muito tempo para ver essa situação, não é do desconhecimento de ninguém que anualmente se faz a Feira de Gastronomia, portanto, apercebendo-me eu que vossa excelência deve ter tido o cuidado de acompanhar esses trabalhos, se calhar vai ter que averiguar é quem fez com que a Feira não acontecesse, porque é óbvio que hoje que estamos a falar sabemos que para o ano, nesta data, deve haver Feira. Não há obra nenhuma que demore um ano e que impeça que a Feira, porventura não aconteça no próximo ano. Talvez de averiguar porque é que do ano passado para este ano não se criaram condições para que a Feira acontecesse. Refere V. Exa. o IPAR, o tipo de materiais não ser o mais adequado, refiro eu a V. Exa., já apurou responsabilidades?! Seja de quem entendeu que aquele era o material mais adequado, seja quem elaborou um douto parecer no IPAR que achou que as coisas deviam ser feitas daquela maneira.

Por último e porque entendo que em relação a estes assuntos acho que ficaram muitas respostas por dar, em relação a estes assuntos ficam muitas situações ainda não a descoberto, com isto não quero dizer que estejam encobertas, quer dizer que continuo sem respostas, embora me aperceba de que algumas posições que V. Exa. tomou se calhar foram, digamos, a contento daquilo que são os interesses Concelhios.

Quero só terminar dizendo o seguinte: hoje, em Coimbra, vai haver um buzirão de alguma dimensão, por aquilo que leio na comunicação social, em relação ao fecho das Urgências dos SAP's. Infelizmente não aparece lá a nossa Comissão de Utentes de Soure a promover a iniciativa, certamente porque aquelas estão mais perto dos centros de decisão, portanto tomaram a iniciativa, embora uma das Associações que está, digamos, na vanguarda deste combate seja a Associação de Utentes de Penela que eu pressinto que é capaz de estar mais longe de Coimbra do que a de Soure. De qualquer maneira aquilo que quero dizer é que mantenho confiança no trabalho que está a ser feito pela Associação de Utentes de Soure e aquilo que

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

gostaria era lançar um apelo desta natureza, para que nos juntássemos à volta de um projecto e de um objectivo comum, que é acabar definitivamente com estas medidas do Governo que apenas se limitam a colocar as populações do interior cada vez mais esquecidas. Julgo que neste momento começa a haver uma compreensão nacional em relação às medidas que este Governo está a tomar em questões como a Saúde e como a Educação que são altamente lesivas da População Portuguesa, são altamente lesivas daquilo que é a homogeneidade do território e que apenas se limitam a provocar uma fuga desenfreada e um afluxo populacional para as grandes cidades, para Lisboa, Porto, Coimbra, para o Litoral deixando todas as zonas do Interior a descoberto. Isto é uma coisa que ninguém pode deixar dizer que não está a ver, ninguém pode deixar de dizer que discorda com este tipo de situações, portanto, deve existir, da nossa parte, um esforço redobrado à volta da Associação de Utentes para que a situação da Saúde no Concelho de Soure seja novamente revista por este Governo.”

A Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos referiu que: “era só para reforçar as palavras do Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa e dizer-lhe que já ontem houve uma conferência de imprensa, às dez da manhã, no Café Santa Cruz, de um conjunto de Associações contra o Encerramento dos diversos Serviços Públicos, não só da Saúde mas no âmbito da Educação e de outros serviços. Na próxima Sexta-feira, às dezoito horas, vai haver, e neste momento faz-se a convocatória e o apelo a que todos participem, um buzinao na cidade de Coimbra. A Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Soure está presente mas aparece englobada no conjunto de Comissões de Utentes dos SAP’s, portanto, fazemos parte dessa Comissão.”

O Senhor Presidente referiu que: “Soure - Artesanato, Gastronomia e Cultura... o apuramento de responsabilidades está feito!!!... assenta nas três variáveis atrás aludidas, sendo que se quisermos afectar essas variáveis às responsabilidades funcionais há uma componente que evidencia que, designadamente a divisão de obras públicas que fiscalizava e acompanhava o decurso dessa empreitada como doutras, poderia e deveria ter tomado posições, que não terá tomado formalmente, o que significa que, identificadas as responsabilidades importa, acima de tudo, que é o que tem vindo a ser feito e está a ser conseguido, atenuar o mais possível o esforço financeiro da Câmara na correcção dessa anormal degradação, com a compreensão dos outros agentes envolvidos. Nada haverá a esconder, não há coisas encobertas sem respostas, não estamos a fazer aqui qualquer tipo de “caça”

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

ao que quer que seja em termos técnicos, acreditamos que terá havido a melhor das boas vontades por parte dos engenheiros que directamente fiscalizaram e acompanharam a obra mas, acima de tudo, têm que “impear” duas balizas: a legalidade e o bom-senso.

Quanto à questão de tratando-se de uma iniciativa anual poderem e deverem ter sido convenientemente calendarizadas as acções que a pudessem prejudicar... como sabe, existem prazos legais a cumprir, existem situações que não têm o decurso temporal que às vezes expectamos de forma sustentada e existem ainda situações que inicialmente poderiam ter parecido pouco relevantes como, por exemplo, a derrapagem de um mês sobre o calendário habitual de realização, mas que “chocaram” com a indisponibilidade de parceiros essenciais. Sinceramente, no plano pessoal, eu não via o menor inconveniente social, económico e turístico para que este evento não se pudesse realizar com um calendário ligeiramente retardado, de natureza excepcional... Este evento é, acima de tudo, o resultado de uma parceria com história, tradição, coesão, e eu não ia, por causa de um diferendo temporal de calendário, abrir uma qualquer “ferida”!!!... Às vezes é preferível uma situação de não realização por muito que possa indiciar deficiente planificação, por muito até que nos custe a admitir que aconteça, do que realizá-la sem manter o contínuo crescimento qualitativo, o contínuo crescimento de prestígio ou, pior ainda, criando uma quebra, criando alguma vulnerabilidade naquilo que tem sido uma relação fortíssima, coesa entre a Câmara e os parceiros Juntas de Freguesia directamente envolvidos nesta realização. Agora, para nós é legítimo que outros, que não nós, assim não entendessem e de outra forma tivessem feito, mas cabe-nos a nós governar e assumirmos as nossas responsabilidades.

Compreendo perfeitamente a intervenção da Senhora Vereadora Dra. Manuela Santos porque sendo Vereadora também integra, julgo eu, a Comissão de Utentes e porque está empenhada em que houvesse políticas nacionais que melhorassem a resposta de saúde não apenas no país, ou pelo menos que arrepiassem caminho a um conjunto de medidas consideradas, quase de forma unânime, negativas no domínio da Saúde.

Porém, não percebi muito bem o alcance da expressão que usou “esforço redobrado da Câmara junto da Comissão de Utentes”... Uma comissão do que quer que seja deve actuar de forma livre e espontânea e não deve ser instrumento político de uma qualquer Câmara ou de um qualquer partido... aqui, manifestamente não estamos de acordo... Não concordo que haja aqui qualquer esforço, nem redobrado, nem minorado, a Comissão de Utentes deve ter autonomia, a Comissão de Utentes deve, quando entende, solicitar a parceria da

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Câmara mas não cabe à Câmara pressionar a Comissão de Utentes a fazer o que quer que seja.

Senhor Vereador, eu não tenho por hábito, nunca tive, trazer para aqui discussões de política nacional. Sou Presidente de Câmara há muitos anos e procuro sempre manter o melhor relacionamento com qualquer Administração Central, com qualquer Governo. Ninguém, em nenhum partido, concorda com medidas que prejudiquem as populações do interior... ninguém concorda com medidas que possam concentrar as populações e desertificar o país... o que há são visões diferentes sobre medidas que possam estar a ser tomadas por este Governo. O que lhe garanto é que naquilo em que isso tocar o Concelho de Soure, a Câmara Municipal pronunciar-se-á sempre, de forma activa, será solidária com a Região, será solidária com o País, se for solicitada a sua posição, nesta ou naquela matéria... não sinto que devamos fazer deste fórum, local para debatermos questões de natureza nacional onde, sem prejuízo de estarmos inteiramente de acordo quanto àquilo que consideramos injusto, poderemos divergir bastante até na forma de evitar essas injustiças.

Há uma coisa que lhe quero dizer, eu não concordo, e tenho assumido isso, com algumas das medidas ultimamente anunciadas, por exemplo, nos domínios da Educação e da Saúde... mas, não tenho a menor dúvida que, excluindo os sectores ditos à esquerda do actual Governo, os outros, ditos à direita, dada a sua perspectiva e o seu posicionamento político em termos Europeus, não teriam condições para fazer diferente, se, porventura, fossem Governo. Por isso é bom que se diga que, às vezes, há também uma hipocrisia terrível por parte de responsáveis políticos de alguns partidos de direita que dizem um conjunto de coisas que o povo gosta de ouvir, mas cujas propostas concretas para fazer diferente, ninguém conhece!!!...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “o Senhor Presidente falou aí como arauto da esquerda porque, enfim, corresponde à sua família política neste momento, embora confesse que, e devo preveni-lo disso, não entendo que a política do actual Governo seja uma política de esquerda, pelo contrário, nós, no meu partido, sentimo-nos muito ultrapassados pela direita por estas políticas de Governo, portanto, V. Exa. das duas uma, ou se associa ao Governo ou se associa às políticas de Governo porque as duas coisas são diferentes.

De qualquer maneira, o Senhor Presidente disse que referi que devia haver um esforço da Câmara junto da Comissão de Utentes, eu nunca diria isso, eu nunca disse isso, e se porventura entendeu que eu utilizei essa expressão só peço desculpa.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

Se há pouco falei em relação às Escolas que não devíamos ter um comportamento completamente *alter et idem*...”

O Senhor Presidente continuou dizendo: “sem querer interromper o seu raciocínio, aquando da sua intervenção tomei nota que referiu que a Câmara deverá desenvolver um esforço redobrado junto da Comissão de Utentes...”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa continuou dizendo: “um esforço redobrado, no meu modesto entendimento não é intromissão, nem aquilo que são as actividades da Comissão de Utentes. Agora eu acho que a Câmara, e cada um de nós, deve estar solidário com a luta da Comissão de Utentes, porque a luta da Comissão de Utentes é a luta do Concelho, é a nossa própria luta.

Falou também, e para terminar, até porque têm alguma aversão a falar em situações que o Senhor Presidente apelida de política nacional, eu acho também que concordo consigo, este não é claramente o fórum para estarmos a debater grandes questões de política nacional, excepto se essas questões de política nacional tiverem repercussões no Concelho, e aquilo que eu quero dizer é que têm repercussão no Concelho ao nível da Educação e da Saúde. Se me falar noutra tipo de situações que manifestamente não aflijam as nossas populações, porventura, salvo melhor opinião, não me parece ser este o fórum adequado para as debater, agora estas, vai-me desculpar, têm muito a ver com aquilo que se passa no Concelho de Soure.

Depois o Senhor Presidente disse uma coisa fantástica, que nenhum partido concorda com estas situações! Não, há um partido que concorda que é o Partido Socialista, não só concorda como aplica estas políticas; há um partido que faz estas políticas; há um partido que quer dizimar aquilo que é o interior do país; há um partido que quer martelar aquilo que é a nossa consciência e a nossa liberdade de não vivermos em Lisboa e no Porto.

Senhor Presidente, conte, naturalmente, com a nossa solidariedade no combate às políticas que são as do seu partido, estamos consigo. Sei que acompanha o esforço que está a ser feito, nomeadamente em relação às questões da política de Saúde em Soure; está a fazer esse esforço, que é um esforço Concelhio, para que alguma coisa mude, não direi que alguma coisa retorne àquilo que era dantes. Naturalmente ter-nos-á sempre consigo nessa luta.”

O Senhor Presidente referiu que: “sobre estas últimas questões fazer aqui três considerandos: Primeiro eu não sou nem nunca fui, nem ideólogo da esquerda, nem ideólogo da direita... eu sou social democrata por convicção...”

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

sou um social democrata, no plano ideológico, convicto... conheço bem a história da social democracia, conheço bem os modelos que em diferentes países, designadamente os nórdicos, têm a ver com a implementação da social democracia... O que não sinto é a menor proximidade entre a estratégia daqueles que actualmente são a gestão do Partido Social Democrata em Portugal com a ideologia social democrata... é, naturalmente, a minha perspectiva, não tem que ser a sua. Eu não mudei de pensamento, nem mudei de forma de estar na vida...

Disse que eu tinha que me associar ao Governo ou às políticas do Governo... eu não tenho, como Presidente de Câmara, nem que me associar a qualquer Governo, nem que me associar a políticas de Governo algum... o que eu tenho é que procurar sempre compreender quais são as posições que têm maior interesse nos mais diversos domínios para o Concelho e, na defesa das mesmas, procurar as parcerias possíveis, objectivamente exequíveis com este ou com qualquer outro Governo. Pela minha parte nunca haverá qualquer associação a este como nunca houve a qualquer outro Governo, o que há é a busca de parcerias que tenham sequência concreta no encontrar de soluções para os problemas do Concelho.

Mantenho o que disse, pois no plano ideológico, nenhum partido concorda com quaisquer políticas que promovam desertificações de zonas mais interiores... nenhum partido, no plano ideológico, concorda com concentrações demográficas nos grandes centros... nenhum partido, no plano ideológico, concorda com desequilíbrios, porque não conheço nenhuma doutrina, a não ser as doutrinas extremistas, já não reclamadas por partido algum, que defendam esse tipo de roturas sociais. Foi este o alcance da minha expressão, quando disse que nenhum partido concorda com a desertificação do interior, isso não significou qualquer colagem ou qualquer descolagem do que quer que fosse.”

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências

2.1. Licenciamento de Obras Particulares

Foi tomado conhecimento dos licenciamentos de obras particulares verificados no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----

Ponto 3. Apreciação da proposta de Acta de 25.01.2007

Deliberado, por unanimidade, retirar o presente ponto da Ordem de Trabalhos. ---

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

Ponto 4. EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

. Aquisição de Equipamento Diverso

- Instalação de Alarmes de Intrusão nos Jardins de Infância

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO

INSTALAÇÃO DE ALARMES DE INTRUSÃO NOS JARDINS DE INFÂNCIA

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Ex.^a a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO

A adopção da modalidade de consulta prévia, uma vez que o valor estimado é de **6.676,00 euros** - cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências, quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 euros - cf. alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do mesmo diploma -.

O encargo previsto para o fornecimento em causa tem cabimento no Orçamento, para o presente ano de 2007, na rubrica 02.02.07.01.10.02 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.001 2007/6.

2. CONSULTAS

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, deverão ser consultados pelo menos dois fornecedores. Porém, sugerimos a consulta às seguintes:

- PT Comunicações
- Arunca – Sistemas de Protecção Electrónica
- Grupeme.

À Consideração Superior,

O Técnico-Superior,

(Ivo Costa, Dr.)

06.07.2007

e

Assunto: EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO

INSTALAÇÃO DE ALARMES DE INTRUSÃO NOS JARDINS DE INFÂNCIA

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

Por indicação superior, procedeu-se à avaliação do tipo de alarmes de intrusão para os Jardins de Infância do Concelho de Soure, correspondentes custos de instalação e manutenção.

Após a análise dos diversos equipamentos existentes no mercado, considera-se como mais adequado, o tipo de solução “HOMESAFE”, apresentado pela PT Comunicações através das “Soluções PT CasaSegura”, ou outra equivalente, devido aos baixos custos de instalação, manutenção e à ausência da obrigatoriedade de uma prestação mensal.

Assim, proponho a aquisição e instalação de alarmes de intrusão nos Jardins de Infância, de acordo com o quadro anexo.

Proponho ainda a consulta às seguintes empresas:

- . PT COMUNICAÇÕES
- . ARUNCA - SISTEMAS DE PROTECÇÃO ELECTRÓNICA
- . GRUPEME.

À Consideração Superior,
O Técnico
(Vitor Miranda)
15.06.2007

O Senhor Presidente referiu que: “o que está em causa é que se aprove o recurso à consulta prévia para a aquisição de alarmes de intrusão para os Jardins de Infância.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de consulta prévia, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 5. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

. Aquisição de Equipamento Diverso

- Instalação de Alarmes de Intrusão nas Escolas do 1.º CEB

Foram presentes as seguintes informações:

Assunto: EDUCAÇÃO
ENSINO BÁSICO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
INSTALAÇÃO DE ALARMES DE INTRUSÃO NAS ESCOLAS DO 1.º CEB

Com vista ao fornecimento em causa, sugere-se a V. Ex.ª a aprovação dos seguintes pontos:

1. ESCOLHA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO À CONTRATAÇÃO

A adopção da modalidade de consulta prévia, uma vez que o valor estimado é de **11.838,00 euros** - cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho -.

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito das competências, quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão municipal, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior ao limite estabelecido para este órgão - 149.639,37 euros - cf. alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4º do mesmo diploma -.

O encargo previsto para o fornecimento em causa tem cabimento no orçamento, para o presente ano de 2007, na rubrica 02.02.07.01.10.02 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 01.002 2007/18.

2. CONSULTAS

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do referido artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, deverão ser consultados pelo menos dois fornecedores. Porém, sugerimos a consulta às seguintes:

- PT Comunicações
- Arunca – Sistemas de Protecção Electrónica
- Grupeme.

À Consideração Superior,
O Técnico-Superior,
(Ivo Costa, Dr.)
06.07.2007

e

Assunto: EDUCAÇÃO
ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DIVERSO
INSTALAÇÃO DE ALARMES DE INTRUSÃO NAS ESCOLAS DO 1.º CEB

Por indicação superior, procedeu-se à avaliação do tipo de alarmes de intrusão para as Escolas do 1.º CEB do Concelho de Soure, correspondentes custos de instalação e manutenção.

Após a análise dos diversos equipamentos existentes no mercado, considera-se como mais adequado, o tipo de solução “HOMESAFE”, apresentado pela PT Comunicações através das “Soluções PT CasaSegura”, ou outra equivalente, devido aos baixos custos de instalação, manutenção e à ausência da obrigatoriedade de uma prestação mensal.

Assim, proponho a aquisição e instalação de alarmes de intrusão nas Escolas do 1.º CEB, de acordo com o quadro anexo.

Proponho ainda a consulta às seguintes empresas:

- . PT COMUNICAÇÕES
- . ARUNCA - SISTEMAS DE PROTECÇÃO ELECTRÓNICA
- . GRUPEME.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

À Consideração Superior,
O Técnico
(Vitor Miranda)
15.06.2007

O Senhor Presidente referiu que: “o que está em causa é que se aprove o recurso à consulta prévia para a aquisição de alarmes de intrusão para as Escolas Básicas do 1.º CEB.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adoção da modalidade de consulta prévia, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO

- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB
- Acordo de Colaboração – Ano Lectivo 2007/2008

O Senhor Presidente referiu que: “trata-se da ratificação do Acordo de Colaboração para o Ano Lectivo 2007/2008, subscrito pela Senhora Vereadora com a Direcção Regional de Educação através do Agrupamento de Escolas de Soure e que, na prática, é a materialização da continuidade deste sistema no próximo ano lectivo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação do Acordo de Colaboração. ---

Ponto 7. CULTURA

- . 10.^a SEMANA DO LIVRO E DA CULTURA
- Programa LEADER +
- . Aprovação de Candidatura

O Senhor Presidente referiu que: “dar conhecimento de que ainda foi possível, no aproveitamento de últimos recursos do Programa Leader do III QCA, a aprovação da candidatura apresentada para a 10.^a Semana do Livro e da Cultura que teve um co-financiamento de 75%.”

Foi tomado conhecimento. -----

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

**Ponto 8. CULTURA – APOIO A FESTIVAIS E INICIATIVAS DIVERSAS
. 8.^a Mostra de Música Moderna**

O Senhor Presidente referiu que: “o que eu proponho, de acordo com o mapa previsto de receita e despesa, é a atribuição de um apoio de 1.000,00 euros.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio de 1.000,00 euros.–

**Ponto 9. DESPORTO E TEMPOS LIVRES – EVENTOS/PROVAS DESPORTIVAS
. Ciclismo - 1.^a Volta ao Concelho de Soure**

O Senhor Presidente referiu que: “dar-vos conhecimento que nos próximos dias 14 e 15 de Julho irá ocorrer a primeira volta ao Concelho de Soure de Ciclismo que tem a organização da U.V.P. (União Velocipédica Portuguesa)/F.PC (Federação Portuguesa de Ciclismo e a empresa Full-Sport. Trata-se de uma iniciativa que assentou num conjunto de reuniões mantidas pelo Senhor Chefe de Gabinete, Américo Nogueira, a quem dou os parabéns pela forma como conduziu o processo, uma vez que esta primeira volta ao Concelho de Soure terá cobertura Nacional.

Para a Câmara Municipal significará apenas apoio logístico, a saberem: empréstimo de vedações, servir de intermediário nos contactos com a GNR e com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Concelho de Soure, a oferta de ramos de flores e garrafas de champanhe.”

Foi tomado conhecimento. -----

**Ponto 10. URBANIZAÇÃO E URBANISMO
. Bairro Pré-Fabricado**

**10.1. Demolição de 1 Casa Pré-Fabricada - 7.^a Fase
- Adjudicação**

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
BAIRRO PRÉ-FABRICADO
DEMOLIÇÃO DE CASA PRÉ-FABRICADA - N.º 11 - FASE 7
ADJUDICAÇÃO

**13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

Por despacho de 11.06.2007, foi decidido recorrer à figura do **ajuste directo (sem consulta obrigatória)** como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado	1.375,00	3 Dias

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é igual ao estimado (1.375,00 euros), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA.

Conclusão

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103.º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **ANOG - de Albino Nunes Oliveira Guardado**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de 1.375,00 euros, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
29.06.2007

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. _____

10.2. Demolição de 3 Casas Pré-Fabricadas - 8.ª Fase - Ajuste Directo

Do Departamento de Obras e Urbanismo foram presentes as seguintes informações:

Assunto: URBANIZAÇÃO E URBANISMO
BAIRRO PRÉ-FABRICADO
DEMOLIÇÃO DE CASAS PRÉ-FABRICADAS - N.º 10, 16 E 18 - FASE 8
AJUSTE DIRECTO

Com vista à execução da empreitada em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

1. Escolha de Procedimento Prévio à Contratação:

Relativamente à empreitada em epígrafe sugiro a adopção da modalidade de **ajuste directo (sem consulta obrigatória)**, uma vez que o valor estimado para as obras é de **3.000,00 euros**, inferior ao limite máximo de **4.987,98 euros** estabelecido para o recurso ao ajuste directo sem consulta obrigatória (vide alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02.03).

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a **149,639,36 euros** - (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do mesmo diploma).

O encargo previsto para a presente empreitada tem cabimento no Orçamento para o presente ano de 2007 pela rubrica **03.01.11.02.99**.

2. Processo

Aprovar documento em anexo.

3. Consultar a(s) Seguinte(s) Entidade(s)

Sugerimos a consulta, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, à seguinte empresa:

ANOG - de Albino de Oliveira Guardado.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
05.07.2007

e

Assunto: BAIRRO PRÉ-FABRICADO NA VILA DE SOURE
- DEMOLIÇÃO DE TRÊS CASAS – FASE 8

No seguimento de anteriores intervenções, com vista à demolição das habitações existentes no local em assunto, em cumprimento de ordem superior, propõe-se, em conformidade com o mapa de trabalhos em anexo, a demolição de mais três casas no Bairro Pré-Fabricado de Soure.

O valor estimado para os trabalhos totaliza 3.000,00 euros, sugerindo-se a sua execução por ajuste directo.

À Consideração Superior,
(Mário Monteiro, Eng.º Civil)
2007.07.05

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre das informações técnicas dos serviços. -----

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

Ponto 11. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. QCAIII - P.O. Centro

Homologação de Reprogramações de Candidaturas

O Senhor Presidente referiu que: “já vos tinha comunicado a homologação de mais duas Candidaturas e, na altura, fiz uma pequena referência informal de que não concordava com o facto de terem considerado inelegível a diferença de preço entre a proposta mais barata e a proposta a quem foi adjudicada. Determinei aos serviços que reclamassem e, de facto, a reclamação foi atendida e foram aprovadas as reprogramações que passaram a considerar elegível a diferença entre o valor da adjudicação e o valor da proposta mais baixa.

Agora trata-se de vos dar conhecimento da comunicação das homologações das reprogramações.”

11.1. Rede de Esgotos Domésticos de Pouca Pena e Lugares Limítrofes

Foi tomado conhecimento. -----

11.2. Rede de Esgotos Domésticos de Sobral e Lugares Limítrofes

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE

. ETAR DE FIGUEIRÓ DO CAMPO

- Protocolo

. Município de Soure e Águas do Mondego, S. A.

O Senhor Presidente referiu que: “a única diferença com aquilo que já tínhamos aprovado é que o início não se deu a 01 de Janeiro, mas a 01 de Julho. Neste momento está a decorrer o processo de transferência porque o IRAR entendeu que, mesmo assim, deveria sujeitar o Protocolo à aprovação do Senhor Ministro.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 13. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – MERCADOS E FEIRAS

. FESTAS DE S. MATEUS E FATACIS // 2007

- Protocolo

***13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
FESTAS DE SÃO MATEUS E FATACIS
PROTOCOLO

Na presente proposta de Protocolo, procurou-se definir um conjunto de condições consideradas necessárias e adequadas para que a organização das Festas de São Mateus e da FATACIS - Feira do Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria de Soure, possa ser assegurada pela Associação Empresarial de Soure (AES).

Tendo em conta o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que, de forma expressa, clara e inequívoca, admite formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, que prossigam no Município fins de reconhecido interesse público, nos quais se enquadra, naturalmente, a AES, bem como apoiar e participar, pelos meios adequados, no apoio a actividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva, recreativa, e outra, a competência para a aprovação desta proposta é da Câmara Municipal.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
10.07.2007

O Senhor Presidente referiu que: “aquando da apreciação da Proposta de Programa das Festas de S. Mateus e da FATACIS de 2006, tive o cuidado de dizer que era uma proposta de transição... na altura disse que era uma proposta, por um lado, de continuidade coerente porque se mantinha um conjunto de pressupostos em termos de balizas programáticas, mas, por outro lado, era de transição... disse também, então, que se impunha uma determinada reflexão. Devo dizer que a reflexão mais ou menos alargada do Executivo em Permanência e mais participada com o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, levou-nos, praticamente desde o início do ano, à realização de um conjunto alargado de reuniões de trabalho, primeiro exploratórias, depois já mais concretas, com a Associação Empresarial de Soure, no sentido de avaliarmos da possibilidade de, naturalmente com o apoio da Câmara, ser uma entidade privada a apresentar uma proposta de programa.

Depois dessas reuniões, havia que traduzir isso em termos formais e concretos, em propostas que juridicamente estivessem tratadas para que a Câmara Municipal se pudesse pronunciar não apenas sobre a filosofia, a orientação estratégica, mas também sobre a tradução jurídica da mesma e aí, evidentemente, determinámos a colaboração jurídica adequada da própria Câmara Municipal.

Feita esta, tanto quanto possível, sintética história do processo, desde o início do ano, penso que se percebe a razão pela qual, para já, aparece aqui uma proposta de

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

Protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Empresarial de Soure que, basicamente, define as condições em que essa Associação deverá organizar as Festas de S. Mateus e a FATACIS/2007... também quais continuarão a ser as obrigações municipais... estou-me a recordar por exemplo da realização das Feiras Tradicionais, do custeio directo da ornamentação e, como elemento intermediário, da cobrança de Taxas e da transferência das mesmas.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa referiu que: “a proposta de Protocolo que temos à nossa frente encerra, porque não dizê-lo, algumas desvirtualidades. É entregue a organização da FATACIS a uma estrutura representativa do tecido empresarial, do tecido económico, portanto, parte-se do princípio que terão uma noção mais objectiva, mais clara, mais precisa, mais empreendedora daquilo que deve ser uma feira desta natureza, que envolve questões de Artesanato, Turismo, Agricultura, Comércio e Indústria.

Aqui é misturado FATACIS e as Festas de S. Mateus, é tratado este Protocolo como sendo uma iniciativa conjunta, acho que seria, porventura, de tentar apurar, em anos futuros ou num trabalho posterior, aquilo que é a destriça que existe entre uma Festa de cariz religioso, cariz popular, cariz de encontro dos sourenses, utilizando a expressão que muitas vezes é ouvida nesta Câmara, daquilo que é uma Feira absolutamente destinada a potenciar interesses económicos do Concelho de Soure. As duas coisas não jogam muito bem e se porventura tentássemos, num futuro próximo, enquadrar um modelo que aliando as duas facetas, de qualquer maneira, também as separasse em termos de público alvo, poderia ser interessante trabalharmos nesse sentido.

Entendeu a Câmara Municipal convidar a Associação Empresarial de Soure, sendo aquela que, no nosso entendimento e no entendimento generalizado, representa os Empresários de Soure, naturalmente não temos nada a opor a essa solução.

Contudo, parece-nos que devemos ressaltar dois aspectos que nos parecem importantes neste fórum de discussão sobre esta temática. Primeiro, tem a ver com o apoio financeiro à concretização desta iniciativa. No nosso entendimento, porventura haverá uma explicação para isso, a entidade organizadora ficará um pouco “pendurada” na hipótese de fundo de maneiro, ou seja, para início das suas iniciativas, dos seus contactos, dos contratos, parece-me que ou a Associação tem fundos próprios e pode disponibilizar alguma dessa capacidade financeira ou então ficará numa situação...

Segundo tem a ver com as cláusulas de denúncia deste evento. A Câmara Municipal poderá a qualquer momento denunciar este acordo e tem trinta dias para o fazer; a

13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

Associação Empresarial de Soure, naturalmente, também poderá denunciar o evento, mas tem que o fazer com seis meses. Percebo os seis meses porque implica que a haver uma denúncia desta natureza, a Câmara Municipal tenha que ter um espaço de tempo que lhe permita ela própria produzir a iniciativa, de modo que exista Feira de S. Mateus e FATACIS. Parece-me também que ao indicar-se trinta dias para a Câmara Municipal de Soure denunciar o Protocolo pode ser, mas posso estar a interpretar mal, uma “faca sobre o pescoço dos organizadores”, ou seja, a qualquer momento, por qualquer situação, mas que porventura temos que entender pode acontecer, uma situação de alguma perturbação que, naturalmente, pode não ser imputada à própria organização, esta pode ser confrontada com o desvincular contratual da Câmara Municipal em relação a essa Associação. Naturalmente que quem faz uma feira a trinta dias tem que ter contractos feitos, tem que ter tudo organizado, e depois quem é que assume essa responsabilidade? Daí, Senhor Presidente, deixe-me dizer que concordo com os seis meses, tem toda a lógica...”

O Senhor Presidente referiu que: “as considerações essenciais que adiantou, merecem a minha concordância, independentemente disso ser ou não importante para si... no entanto há algumas questões que a sua intervenção suscitou sobre as quais gostaria de prestar alguns esclarecimentos adicionais com base na proposta em discussão.

Concordo consigo quando diz que deveremos continuar a tentar encontrar uma plataforma em que criando esta parceria na FATACIS, já no que diz respeito às Festas em termos populares, em termos religiosos, possa haver um tipo de parceria expressamente consagrada no documento de suporte. Também não é por acaso que este documento, ainda que abrindo a porta a anos seguintes, começa por dizer que é dirigida ao ano 2007... tem como que, logo à partida, uma marca imperativa de monitorização, significa que é o consenso possível, é a reflexão possível, mas significa exactamente que deixa em aberto, por exemplo, aquilo que acabou de referir.

A preocupação de Fundo de Maneio... penso que procurámos dar resposta, e conversámos isso com os Dirigentes da Associação Empresarial de Soure, na cláusula quinta, onde diz “receitas provenientes de cobrança de taxas”. Neste primeiro ano, a Câmara Municipal de Soure deverá proceder ao adiantamento de sensivelmente 50% deste valor durante o mês de Agosto; foram o período e o valor considerados adequados.

Na questão da cláusula de denúncia... curiosamente ou não, politicamente discordo de que um tivesse seis meses e o outro trinta dias; fiz um raciocínio, de

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

todo em todo, semelhante, mas depois os juristas disseram-me o seguinte: evidentemente que a Câmara Municipal, quando “dá” à Instituição parceira seis meses, significa que só pode ser confrontada com a necessidade de ter que fazer se tiver seis meses para preparar uma alternativa. Então porque é que a outra Instituição também não precisa dos outros seis meses?... Bom, ela tem-nos, a única diferença é que se porventura num qualquer ano, aqueles que representam essa Associação Privada tiverem, durante esses seis meses, uma qualquer alteração decorrente de mudança de dirigentes ou de orientação estratégica, em que, de repente, percebamos que na apresentação de proposta de programa, em tudo aquilo que está protocolado, que estão claramente a direccionar noutro sentido, é usual, em termos jurídicos, haver esta dupla medida, haver esta vantagem pública apenas como medida de mera cautela...

Devo dizer que percebi a explicação, não sou propriamente um defensor dela, mas enquanto, neste caso, defensor da causa pública, compreendo-a... discuti a questão com alguns elementos da Direcção da AES que, numa primeira fase, também não compreenderam mas, depois, perceberam. A Câmara Municipal, mesmo que fique com esta “pequena bomba atómica” na mão, não vai chegar a Agosto, e porque tem trinta dias, dizer “alto, vocês não podem fazer isto”... era preciso que acontecesse uma questão radical, dramática e, portanto, é apenas o querermos deixar na mão dos responsáveis democraticamente eleitos no Concelho, a possibilidade de corrigirem qualquer anomalia não expectável mas que possa surgir no parceiro. É, se quisermos, um princípio de cautela normalmente adoptado neste tipo de soluções jurídicas, tanto quanto me foi transmitido, e é apenas e só neste quadro que, de alguma forma, insisti e devo dizer que me pareceu que, embora houvesse uma não compreensão inicial, os responsáveis da AES compreenderam a filosofia.

Modelo seguido noutros Concelhos... à Câmara o que é da Câmara... é preciso perceber, e isso está nos considerandos, que a questão da organização das Festas de S. Mateus e da FATA CIS em Soure tem uma história que vocês conhecem bem e os considerandos procuram retratar de forma muito sintética essa pequena história... mas, dizer-vos que, excluindo talvez Cantanhede, nos outros Concelhos do Distrito de Coimbra, as experiências que conheço são quase todas centradas na Câmara e cada uma com a sua história... olhando àquilo que são as balizas de hoje, que são os paradigmas de hoje, é indiscutível que este é o modelo inevitável a trilhar... se olharmos às vicissitudes e às particularidades da história que fomos percorrendo, acho que, acima de tudo, percorremos a história possível. Evidentemente, dir-se-ia

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

que poderíamos ter antecipado este modelo 2/3 anos... estamos agora a procurar fazê-lo.”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “por indicação do Senhor Presidente de Câmara, sou o interlocutor da Câmara nesta organização. Tenho imenso prazer de fazer parte desta organização; estou envolvido com um grupo jovem, dinâmico e, acima de tudo, muito motivado.

Há mais de trinta anos que faço parte, de forma directa ou indirecta, da organização das Festas de S. Mateus e ao longo destes anos têm surgido vários ciclos. Temos a consciência que este ciclo que está esgotado. Há necessidade de inovação, há necessidade de determinadas roturas que não são fáceis. Este grupo apresenta grande motivação, estando a trabalhar com sentido de responsabilidade. É um período de transição em que não pode haver precipitações mas tem que haver firmeza. Há uma preocupação conjunta em que estes festejos, este novo ciclo das Festas de S. Mateus, decorram e terminem da melhor forma possível. Penso que esta feliz parceria vai dar os seus frutos, temos de ter alguma paciência e compreensão se alguma coisa correr menos bem. Há empenhamento de todos e um esforço conjunto, uma forte motivação para que este S. Mateus, com algumas inovações e algumas roturas, venha a ser um êxito.”

O Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, referiu que: “Senhor Presidente, ouvi com muita atenção a sua intervenção sobre esta matéria. Parece-me que, sobre aquilo que foi a sua intervenção, existe um consenso largo em relação aos objectivos deste Protocolo mas permita-me dar-lhe nota do seguinte: não entendi que tivesse respondido à minha questão sobre a dicotomia funcional que é expectável que exista entre as Festas de S. Mateus e a FATACIS e vou explicar-lhe porquê.

É entendível que uma Associação Empresarial tem que produzir uma iniciativa que tenha uma vertente empresarialmente forte e que, naturalmente, não direi que releve para um plano secundário, mas que tente descurar um pouco daquilo que é a vertente cultural e turística da própria iniciativa e eu acho que essa vertente cultural e turística é claramente uma obrigação da Câmara Municipal, manter sempre... entendo por isso que, se for uma Instituição como a Câmara a produzir os dois eventos, a mistura é homogénea, não sendo a Câmara parece-me que essa mistura deve ser acautelada, ou seja, se em relação à FATACIS me parece que é feliz esta solução e que podemos estar perante uma solução interessante, os empresários produzirem uma iniciativa assumidamente para o povo de Soure, para aqueles que nos visitam e também para os empresários, já me parece que a outra vertente, que é

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

a vertente mais cultural, social, com animação nocturna, com músicos, com eventos dessa natureza, com os festejos religiosos, com a celebração do próprio S. Mateus, do Santo Padroeiro de Soure, parece-me que, aí sim, a Câmara Municipal tem que estar activamente empenhada no acompanhamento desse trabalho para que essa função não seja descurada porque, naturalmente, aquilo que pressinto é que, mais tarde ou mais cedo, esta Câmara Municipal, por aquilo que me apercebi da expressão do Senhor Presidente, vai ter que ponderar sobre uma restrição que exista no futuro em relação a estas duas vertentes.”

O Senhor Presidente respondeu, dizendo: “julgo ter percebido tudo o que está subjacente quer a esta intervenção, quer à anterior, mas, de qualquer forma, algumas das preocupações que expendeu estão, por exemplo, na cláusula terceira da Proposta de Protocolo, onde estão “Obrigações da Câmara Municipal de Soure”. Por exemplo, a última obrigação, no grupo dois, a obrigação d) - organizar os eventos de carácter cultural que envolvam as Colectividades do Concelho... A parte que não tem que ver com contratação de artistas e que resultam das parcerias que advêm das nossas Políticas Municipais de Cultura, continuará tratada por nós!!!... por exemplo, falámos com a Associação de Defesa do Património Cultural e Natural de Soure e faz-se o Café à Moda Antiga... os convites a este Rancho ou a qualquer outra Instituição Cultural... portanto, nós continuamos a assumir essa responsabilidade. Da mesma forma, a chamada Feira da Madeira, a Feira das Nozes e a Feira das Cebolas, as feiras tradicionais, que têm aqueles espaços habituais e que tiveram um investimento em estruturas logísticas já adaptadas aos mesmos, essas continuam a ser organizadas pela Câmara... são Feiras que tinham um tratamento especial, que assentava no facto de os feirantes não pagarem nada pelo terrado... na prática, o investimento está feito, é apenas de colocação e de montagem e desmontagem, mas mantém-se esse regime de isenção para este tipo de Feiras Tradicionais que é possível estimular e não haveria qualquer benefício da agilidade que advirá de ser a Associação Empresarial num caso desta natureza.

Penso que, apesar de tudo, e sem prejuízo de reconhecer que tudo é melhorável, que algumas das preocupações que estão subjacentes, quer às suas intervenções, quer mesmo à minha, foram acauteladas... se fizemos uma leitura pormenorizada porque, evidentemente, que esta Proposta de Protocolo, em termos daquilo que são regras jurídicas genéricas teve trabalho jurídico mas naquilo que são regras que têm muito que ver com a operacionalização, teve aqui muito trabalho do próprio Vice-Presidente Santos Mota e de alguns membros da Direcção da Associação Empresarial de Soure, que estiveram no terreno a tentar traduzir em palavras

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

aquilo que eram acções concretas e nós tentámos dar-lhe uma linguagem mais técnica/jurídica, mais conforme com um Protocolo. Portanto, trata-se de um trabalho melhorável/valorizável, mas que, no essencial, reflecte aquilo que é o produto de uma reflexão e uma nova aposta, sendo que eu concordo, e penso que concordaremos todos, quando este é claramente o modelo a trilhar...”

O Senhor Vice-Presidente Santos Mota referiu que: “em relação à vertente cultural que, o Senhor Presidente referiu e muito bem, é da inteira responsabilidade da Câmara Municipal bem como o Desporto e a Acção Social. As Feiras Tradicionais e os eventos que se realizarão no palco dois, bem como outras componentes que ainda estão por definir, serão da inteira responsabilidade da Câmara Municipal. Em relação ao Senhor Vereador Dr. Carlos Páscoa, disse que o S. Mateus é o Santo Padroeiro da Vila de Soure... não é, o Santo Padroeiro é o S. Tiago.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Protocolo. -----

**Ponto 14. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
. TERRAS DE SICÓ**

14.1. Alteração de Estatutos

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
TERRAS DE SICÓ
ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

Restringindo-nos à análise do órgão competente em razão de matéria para aprovação da Alteração aos Estatutos da Associação de Desenvolvimento supra referida, cumpre-nos informar que é entendimento que a mesma pertence à Assembleia Municipal, nos termos da alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
11.07.2007

O Senhor Presidente referiu que: “a Associação de Desenvolvimento de Terras de Sicó aprovou, nos seus órgãos, uma alteração de Estatutos que começou por ter uma razão de natureza prática e que se prendia com o facto de muitos dos seus membros, dos seus associados, não estarem a revelar capacidade para, por exemplo,

13.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 12 de Julho de 2007

pagarem as quotizações... isto é, não se estava a concretizar, de forma positiva, a ideia de que esta Associação devia legitimar uma soma de vontades sustentadas por várias Instituições dos seis Concelhos e então começou a haver quem defendesse que em vez de uma soma aritmética de representações deveríamos reordenar o modelo fazendo-o assentar em sócios que fossem aqueles que têm revelado, ao longo destes últimos 10 anos, capacidade para o serem!!!... portanto, começou com a necessidade de fazer aquilo que os técnicos chamaram o reordenar do quórum em torno de associados efectivos de referência em que a ideia era criar, como associados efectivos de referência, a Associação de Municípios - ADSICÓ, os seis Municípios, a Caixa de Crédito Agrícola e algumas Escolas de Ensino Profissional, evidentemente outras Instituições que, nos diferentes Concelhos, revelem condições para, poderão sempre constituir-se associadas, mas havia uma questão levantada que era o que fazer com os outros associados... então, a ideia que vingou foi a de criação de um Conselho Consultivo, dando-se assim a possibilidade aos associados que não tinham condições financeiras para continuar como associados efectivos, como associados activos, de pertencerem a um órgão após saldarem as contas com a Associação.

Não é uma alteração estatutária que obedeça a uma qualquer reformulação ou de uma qualquer rotura ao modelo jurídico inicial, é uma resposta à constatação de que após 10 anos de vida tinha-se que, ou “expulsar” um conjunto de associados, ou dar-lhes condições para continuarem a colaborar com a Associação ainda que não na qualidade de associados activos, o resto são meras questões de natureza adjectiva.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente Proposta de Alteração de Estatutos, que deverá ser submetida à Assembleia Municipal. -----

14.2. Alteração de Valor da Quotização

O Senhor Presidente referiu que: “até Agosto de 2004 a quota de Terras de Sicó eram 50 contos - 249,40 euros - e a partir de Julho de 2004 passou a vigorar uma quota de 50 contos e um Protocolo de Cooperação de 1.000,00 euros/mês, ou seja, as nossas obrigações durante os últimos dois anos e meio com Terras de Sicó eram uma quota de 249,40 euros/mês e um Protocolo de 1.000,00 euros/mês, sendo que esse Protocolo de 30 meses nos “vinculava” directamente a cerca de 58.000,00 euros de investimento. Com o fim desse Protocolo, achou-se absolutamente necessário normalizar o relacionamento, em termos de quotas, entre os Municípios e Terras de Sicó e então foi aprovada esta proposta e ela remete a Janeiro do

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

corrente ano porque, a 31 de Dezembro de 2006, terminava o Protocolo de Cooperação de cada Município com Terras de Sicó e terminava a validade da quota que estava em vigor.

Chamo a atenção que, neste momento, também já desde 1995 que com a inexistência operacional da ADSICÓ, não há qualquer quota à ADSICÓ, portanto, em bom rigor, significa que com esta nova proposta de quotização, desde Janeiro do corrente ano, passaremos a ter uma quota de 500,00 euros/mês, desaparecendo a quota de 50,00 euros e os 1.000,00 euros do Protocolo.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração dos Valores da Quotização. -----

Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
- . Pontão de Ligação entre Alencarce de Baixo e Alencarce de Cima
- Adjudicação

Do Departamento de Obras e Urbanismo foi presente a seguinte informação:

Assunto: COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES - REDE VIÁRIA
CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE - EM ZONAS RURAIS
PONTÃO DE LIGAÇÃO ENTRE ALENCARCE DE BAIXO E ALENCARCE DE CIMA
ADJUDICAÇÃO

Por deliberação camarária de **11.06.2007**, foi decido recorrer à figura da **consulta prévia (a dois fornecedores)**, como procedimento prévio à adjudicação do fornecimento acima mencionado.

Das três empresas consultadas, apenas duas apresentaram propostas com os seguintes valores:

Empresa	Valor	Prazo
BETAFIEL - Artefactos de Betão de Penafiel, LDA	13.918,08	15 Dias
FARCIMAR - Fábrica de Artefactos de Arouca, LDA	19.807,34	60 Dias

Tendo em conta o critério de análise de propostas - unicamente o preço mais baixo -, e não obstante o valor das propostas ser superior ao estimado (**11.500,00 euros**), o mesmo continua a ser aceitável, pelo que os serviços sugerem a adjudicação do presente fornecimento à empresa **BETAFIEL - Artefactos de Betão de Penafiel, Lda**.

Não é obrigatória a celebração de contrato escrito uma vez que o valor é inferior a **49.879,79 euros** (10.000 contos) - vide alínea a) do n.º 1 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

O presente procedimento encontra-se dispensado de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 154.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

**13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007**

Conclusão

Tendo em conta a presente informação, sugerimos:

1. A **adjudicação** do presente fornecimento à empresa BETAFIEL - Artefactos de Betão de Penafiel, Lda;
2. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **13.918,08 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração Superior,
O Director de Departamento
(Marcus Tralhão, Dr.)
05.07.2007

Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços. -----

Ponto 16. RECURSOS HUMANOS

- . **Concursos Externos de Ingresso para Provimento de Lugares de Técnicos Superiores Estagiários Generalistas, abertos por Avisos publicados no DR, III Série, de 3.10.2005 e de 22.06.2006**
- . **Provedor de Justiça**
 - **Arquivamento de Processo**

O Senhor Presidente referiu que: “dar-vos conhecimento de que a Provedoria de Justiça comunicou o arquivamento do processo que tem a ver com os concursos acima referidos.”

Foi tomado conhecimento. -----

Ponto 17. ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIO DO BAIXO MONDEGO E GÂNDARAS

- . **Relatório de Partilha**
- . **Contas de Gerência relativas ao Período de Liquidação**
- . **Partilha e Extinção da Associação**

O Senhor Presidente referiu que: “como sabem, a extinção da Associação do Baixo Mondego e Gândaras ocorreu quando era o Senhor Vice-Presidente Santos Mota, então Presidente em Exercício e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Carlos Páscoa. A extinção foi aprovada na reunião de Câmara de 22.04.2004 e na Sessão de Assembleia de 30.04.2004.

Na altura, como estarão lembrados, esta extinção teve a ver com o aparecimento da Grande Área Metropolitana de Coimbra e essa aposta nesse tipo de modelo de

***13.^a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,
realizada no dia 12 de Julho de 2007***

descentralização viria a colocar fim a este tipo de Associações... Agora a novidade, como sabem, tem a ver com a necessidade de criarmos áreas territoriais coesas que correspondam a NUT's... isso irá levar-nos a que deva existir uma Associação do Baixo Mondego, que integrará os Municípios da antiga Associação do Baixo Mondego e Gândaras mais o Concelho de Mortágua... e por isso é que irá aparecer uma Associação nova do Baixo Mondego, para a qual está a ser desenvolvido um plano estratégico e sobre a qual nos iremos pronunciar ao longo dos próximos meses. Agora, o que esteve em causa é que a 6 de Julho decorreu uma reunião formal da Assembleia Intermunicipal da Associação do Baixo Mondego e Gândaras, que teve a ver com a aprovação do Relatório de Partilha e com a apreciação de Contas de Gerência relativas ao período de liquidação e com a partilha e extinção da Associação.

No fundo, dar-vos conhecimento de que a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios de Baixo Mondego e Gândaras aprovou, por unanimidade, quer o Relatório de Partilha, quer as Contas de Gerência relativas ao período de liquidação, quer a partilha e extinção da Associação.”

Foi tomado conhecimento. _____